

## A Educação Artística em Portugal: algumas evidências

Maria João Brilhante  
(Centro de Estudos de Teatro da Universidade de Lisboa)

O roteiro de questões proposto para esta Conferência Nacional mostra-se rico de intenções e seguramente de consequências: procurarei transversalmente aflorar algumas delas, consciente todavia de que não serei, por certo, a pessoa mais habilitada para o fazer e de que muito do que direi vos parecerá demasiado óbvio.

Ao preparar esta minha breve intervenção, não pude deixar de regressar a Bourdieu e à esclarecedora introdução ao seu estudo sobre o campo literário, *Les règles de l'art*. Com inteligência e acutilância, Bourdieu aponta a dedo os lugares-comuns, as zonas obscuras, as razões inconfessadas sobre que assenta o discurso sobre a criação, a experiência e o estudo da arte – sendo a literatura, neste caso, entendida como arte. Da sua tomada de posição importa-me reter a ideia de que precisamos de extrema precaução ao abordar a complexa teia de relações que constitui o campo artístico, sustentada por posições e motivações dos que nele intervêm e onde nem sempre é claro o lugar de onde falam seja ele o económico, o político ou o ideológico. Em suma: lugares onde se jogam poderes e saberes.

Esta inicial alusão, justifica-se por duas razões: a primeira diz respeito ao meu estatuto de não-artista e à minha absoluta convicção de que aquilo a que se chama educação artística precisa de ser pensado com os artistas; a segunda, uma aparente contradição, porque ser artista não pode continuar a legitimar, em Portugal, uma posição de excepção na sociedade, para o bem ou para o mal. A história, que muito nos ajuda a perceber o nosso presente e o nosso futuro, mostra que a tomada de consciência artística não se reduziu à reivindicação de diferentes competências e visões do mundo, mas também resultou da luta e da construção de um lugar na sociedade, pelo que o facto de, neste momento histórico, estarmos, nós e o resto do mundo ocidental, a pensar o que é ou pode ser a educação artística nos tempos a vir significa várias coisas. Entre elas, significa que se esgotou o modelo de formação que colocou

as artes num lugar de excepção –uma actividade humana para alguns, talentosos ou socialmente distintos – mas também que, inversamente, a concentração nas artes de mais meios, o aumento de intervenientes ou agentes, como agora se diz, com os mais diversos interesses e a multiplicação de acções fomentando a sua presença na sociedade, transformou o campo artístico numa rede de permanentes negociações, quando não num campo de batalha.

### **O papel da EA na sociedade portuguesa**

Se a este conjunto de factores juntarmos o facto de isto acontecer numa sociedade como a nossa onde o convívio com as artes se fez durante demasiado tempo de uma forma subdesenvolvida, ou mesmo condicionada por desígnios obscurantistas, as dificuldades para construir em democracia um regular e transparente modo de viver a arte ou com a arte são inevitáveis.

Na verdade, em Portugal, a questão tem contornos problemáticos. Há três décadas que os governos que elegemos tentam promover o acesso às artes: através do apoio à criação (apoio flutuante consoante as agendas políticas, as sensibilidades decisórias e o maior ou menor aperto financeiro), através da produção cultural de que eles próprios são agentes e muitas vezes primeiros beneficiários, através da reorganização do sistema educativo, onde formar artistas e educar o gosto pelas artes têm coexistido indistinta e arbitrariamente (neste caso as ambiguidades explicam-se pela juventude do sistema entretendo criado, já que anteriormente música, desenho e trabalhos manuais tinham reduzida expressão no plano de estudos e os professores formados maioritariamente nas escolas técnicas, raramente sentiam como sua a tarefa de inculcar nos alunos o gosto pela arte que representavam).

Enraizou-se, entretanto, o sentimento de que continuamos “às apalpadelas”, seguindo exemplos alheios, avaliando pouco os resultados e confiando na bondade da natureza que, se não nos fez a todos potenciais artistas, pelo menos dotou-nos de sensibilidade estética. Veja-se como abundam jovens convencidos de que as artes estão ao seu alcance – e estarão, eventualmente – até ao dia em que descobrem que se a natureza é selectiva a sociedade o é ainda mais. Que fazer com todos os potenciais artistas gerados por este nosso

empenho em dar um destino a jovens pouco atraídos pelo ainda dominante paradigma técnico-científico? É também a pergunta que fazem em França os que se ocupam de Educação Artística. Como fazer entender às sociedades ocidentais os benefícios reais e concretos deste regresso ao paradigma artístico-humanístico, sem que palavras como cidadania, identidade cultural e coesão social lhes pareçam apenas a moda que se segue?

Infelizmente nada é tão simples assim. A arte para ser produzida ou fruída precisa de tempo, de condições e de comprometimento.

Tempo para que as práticas se desenvolvam e se enraízem, para que aprender, criar e desfrutar criem dependência, se tornem acções consequentes e não gestos fúteis que uma mudança de política (como a da sr<sup>a</sup> Thatcher que ameaçou o ensino da música no Reino Unido), uma nova moda educativa ou a imbatível pressão económica facilmente arrasam. É esse tempo que explica uma vivência artística, em países da Europa Central, independente da circunstancialidade dos eventos artísticos, e é essa falta de tempo que explica a forma descontinuada como se vive a arte em Portugal, alimentada por fogachos que depressa se extinguem.

Quanto às condições, elas são, sem dúvida, financeiras, pois a arte (a criação, a formação e a fruição), como sabiam os papas e os reis, é muito cara. A arte lida mal com o lucro e muito bem com luxo e desperdício, que se transformam em alegria e prazer. Condições que são também humanas, pois exige-se qualificação de professores e artistas e esta não se faz quando a sobrevivência dita as suas leis. Há que dar bolsas de estudo, horas de estudo e depois, sim, é possível exigir competência e dedicação. Mas até para “consumir” arte é preciso mudar as condições de vida e usar a palavra “acessibilidade” tal como ela é usada quando se fala de construir estradas, pontes ou aeroportos. Dou-vos um pequeno exemplo: muitos alunos da licenciatura em Artes do Espectáculo da FLUL nunca tinham frequentado o Centro de Arte Moderna da FCG. Perguntemo-nos porquê.

Quanto ao comprometimento – esse vínculo que estabelecemos com o outro ou os outros da arte – ele surgirá assim que a experiência artística esteja enraizada e tratemos por tu os pintores, os actores, os escritores, os músicos e consigamos mesmo acompanhar criticamente o seu trajecto criativo.

## **Contribuição da EA para o desenvolvimento económico e social**

E de que falamos quando falamos da contribuição da Educação Artística para o desenvolvimento económico e social? Da velha ideia de progresso civilizacional de que as artes são um indiscutível motor? ou de rendimento, isto é de mais produção, mais consumo, ou seja, da capitalização da arte?

Estarão as artes e a educação artística a ser alvo de um inesperado interesse porque se abrem perspectivas para o mercado do lazer a encher de consumidores, no qual muitos procuram encontrar o seu lugar? Ou será que nos sentimos, hoje, mais responsáveis pela passagem do menos ao mais humano de que falava Osório Mateus quando, referindo-se à arte do teatro dizia que, e cito: “ No processo da história dos homens o teatro é a intervenção decisiva para a passagem do menos ao mais humano, é o universal antropológico que opera a revolução no corpo. O teatro é o jogo e a sua consciência simultânea. Sem ele o desenvolvimento acaba.” (*de teatro e outras escritas*, p. 212)

A verdade é que as artes, mesmo quando servem os poderes, transportam essa semente de autoconsciência, espoletam a questionação, desenvolvem o inconformismo e o desejo de quebrar barreiras. Acima de tudo, criam mundos alternativos ou novas ordens do mundo em que vivemos. Esperemos, pois, que o nosso empenho em educar para a arte, para além de conduzir a um recentrar da experiência artística na vida das sociedades, nos torne cidadãos mais humanos e por isso mais criativos, mais críticos, mais comprometidos. Procuremos, então, eximir a arte do lamentável destino de ser panaceia oportunista e leviana para os males do mundo e talvez os nossos netos e bisnetos possam retirar o “lucro” do nosso “investimento”, tornando-se indivíduos mais completos, mais sensíveis a uma arte capaz de transformar os grandes e pequenos mundos e de ser mais do que um bem de consumo.

Nunca como agora houve tanta oferta de bens culturais nas sociedades ocidentais, ainda que, no caso português, ela seja mais visível nas principais cidades do país, mas falamos de consumo e não de convivência regular com as práticas artísticas, não confinada a momentos vividos como excepção,

interrupção do cotidiano, tempo de festa que, sem dúvida a experiência artística também é.

### **3. O papel da escola**

Estando hoje o cotidiano de crianças e jovens confinado ao espaço da escola, é inquestionável que a esta cabe a responsabilidade de introduzir a arte nesse cotidiano. Do jardim de infância à universidade o papel da escola só pode ser o de fomentar a descoberta e o desafio: descoberta dos modos de expressão do humano e desafio dos seus limites. São várias as etapas a ultrapassar: despertar a curiosidade num primeiro momento, cultivar a necessidade da experiência artística em seguida, de modo a conduzir os jovens a gestos mais responsáveis como são querer estudar e investigar, querer fazer e praticar. Na escola, a arte não tem de se confinar aos minutos de uma disciplina, nem de ser vivida como tempo roubado às disciplinas sérias que contam para a média e muito menos de ter uma função complementar na formação geral de um jovem. A arte não é ocupação dos tempos livres e desconfio, como mostram os recentes trabalhos da unidade de investigação americana Project Zero, da sua instrumentalização para outras aprendizagens. O seu contributo reside no treino dos sentidos, no prazer estético e no desenvolvimento de uma dimensão criativa na relação do indivíduo com o mundo. Por isso, a educação artística nas escolas e fora das escolas será feita de pequenos gestos colectivos e quotidianos, numa grande proximidade entre professores e alunos, para que se instale essa familiaridade e esse desejo de prosseguir a descoberta das regras da arte, das suas técnicas e mais tarde, para alguns, a invenção de si como artista.

Às universidades compete interrogar as artes do seu tempo e de outros tempos e paragens e de pressentir os seus caminhos. Deveria, por isso, fazer por acolher os criadores e oferecer-lhes um espaço para pensarem as suas práticas, para auscultarem uma comunidade predisposta para a discussão e para a cumplicidade. Nem sempre é isso que acontece, porque a universidade está ocupada com a sua sobrevivência e essa depende de rentabilizar o tempo, de se tornar uma placa giratória por onde passam para adquirir “competências” jovens que também já passaram pelos outros graus de ensino.

Estou certa de que a educação para a arte que todos desejamos tentará sair desta vertigem para se afirmar como o tempo do humano, da descoberta da arte como expressão do que somos e do que queremos ser, em vez de se constituir como mais uma etapa na transformação dos indivíduos em consumidores de objectos artísticos.

Conferência Nacional sobre Educação Artística, Porto, Outubro de 2007